

P. 58/2016

----- CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE A PEDIDO NO CONCELHO DE  
TONDELA - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL. -----

----- No dia treze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, no edifício  
dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial  
Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente contrato com  
os seguintes outorgantes: -----

-----PRIMEIRO-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e  
Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela,  
outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680,  
por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número  
75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----SEGUNDO-----

----- José Luís Vieira Ramalho, casado, natural da freguesia de Parada de Bouro,  
Concelho de Vieira do Minho e residente na Rua Dr. Egídio Guimarães, nº 12, 3º  
Dto. Lameiras – Braga, com o cartão de cidadão número 09662325, válido até  
25/07/2021, emitido pela República Portuguesa e com o NIF 199 337 802, com  
poderes para outorgar em representação da Sociedade Anónima Skillmind –  
Consultoria e Sistemas de Informação, S.A., com o NIPC 507 650 387, com sede na  
Rua do Fajal, nº 28, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do  
Souto), Concelho de Braga, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do  
Contrato de Sociedade, subscrita em dois de Dezembro de dois mil e dezasseis, que  
arquivo sob o número um. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal

que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 22/11/2016, que arquivo sob o número dois, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 05/12/2016, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto a Prestação de Serviços para Implementação de Um Sistema de Transportes a Pedido no Concelho de Tondela – Transportes de Passageiros Flexível, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 11/11/2016, que arquivo sob o número três. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 05-12-2016, que arquivo sob o número quatro. -----

----- O valor da presente adjudicação é de setenta e quatro mil euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- O prazo global para a execução dos serviços constantes deste procedimento é de onze meses. -----

----- A execução dos serviços em cada fase obedece aos seguintes prazos: -----

----- Fase 1 – Elaboração do estudo de suporte à implementação do serviço de TPF; -----

----- 1.1- Programa Base – um mês após a assinatura do contrato; -----

----- 1.2- Relatório Final – três meses após a entrega do Programa Base; -----

----- Fase 2 – Desenvolvimento da solução tecnológica para gestão do serviço TPF – quatro meses após a conclusão da Fase 1; -----

----- Fase 3 – Fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço de TPF – um mês após a conclusão da Fase 2; ----

----- Fase 4 – Plano de comunicação e divulgação – dois meses após a conclusão da Fase 2; -----

----- O objeto do presente procedimento é a prestação de serviços para Implementação de Um Sistema de Transporte a Pedido no Concelho de Tondela – Transporte de Passageiros Flexível. -----

----- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, a Câmara Municipal de Tondela pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos: -----

----- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, até um por cento do preço contratual por cada semana (correspondente a cinco dias úteis) de atraso. -----

----- Que o pagamento será efetuado até sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Caso a fatura apresentada não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário, que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida. -

----- O Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

----- Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao adjudicatário, as importâncias necessárias à liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas. -----

----- O valor global da prestação de serviços é dividido pelas várias fases de execução do contrato nos seguintes termos: -----

----- a) Com a entrega do “Estudo de suporte à implementação do serviço TPF –

Programa Base” - vinte por cento do preço contratual; -----

----- b) Com a entrega do “Estudo de suporte à implementação do serviço TPF – Relatório Final” - vinte por cento do preço contratual; -----

----- c) Com a entrega e apresentação da “solução tecnológica para gestão do serviço TPF” - vinte por cento do preço contratual; -----

----- d) Com o “fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço TPF” - vinte por cento do preço contratual; -----

----- e) Com a conclusão do “Plano de comunicação e divulgação” - vinte por cento do preço contratual; -----

----- O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato. -----

----- O adjudicatário deverá contratar e manter válida, sem que tal constitua encargo da entidade adjudicante, uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil profissional, nas condições previstas no artigo 8º do Caderno de Encargos, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O incumprimento do presente Contrato por qualquer das partes contratantes, dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito e de acordo com o artigo 14º do referido Caderno de Encargos. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Prestações de Serviços, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás

mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de vinte e três por cento, no montante de dezassete mil e vinte euros, é de noventa e um mil e vinte euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número seis: Certidão validada via internet e emitida em quatro de Novembro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Braga – 1, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número sete: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em seis de setembro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 2 do artigo 88º do C.C.P., é dispensada a apresentação de caução. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-02-25-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 22306/2016, datado de 07/12/2016. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta prestação de serviços terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

----- O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

Livro: 23-A

Folha: 78

---

----- O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

----- O Oficial Público: \_\_\_\_\_